

SOBRE CAMPOS MINADOS: SEXUALIDADE, GÊNERO, SAÚDE E EDUCAÇÃO

Letícia Aline Back
Betina Hillesheim

RESUMO

Este trabalho objetiva apresentar um recorte dos resultados produzidos na pesquisa *Gênero, Sexualidade e Diversidade sexual: desafios e possibilidades para as políticas públicas de educação*, pautada na análise do Caderno de Orientação Sexual dos Parâmetros Curriculares Nacionais (1997), a partir de disparadores conceituais, sendo eles: gênero, sexualidade e heteronormatividade. Para a apresentação desta análise, usam-se *palavras-conceitos* tais como, gênero e sexualidade e educação e saúde, articuladas com a *imagem-movimento* do jogo *Campo Minado*, tradicionalmente instalado em computadores *Windows*, que consiste, basicamente, em revelar um campo de minas sem que as mesmas sejam detonadas. O jogo apresenta como possibilidade a marcação, mediante o uso de pequenas bandeiras, de um terreno seguro. Nesta análise, compreendemos a sexualidade numa perspectiva foucaultiana, ou seja, enquanto um dispositivo que estabelece uma relação intrínseca com o poder, produzindo efeitos sobre os corpos individuais, tanto quanto sobre a população, na medida em que a sexualidade se constitui como via de entrada para estas duas condições. (FOUCAULT, 1985). Diante disso, apontamos para o quanto que a educação e a saúde se articulam fortemente a partir das questões da sexualidade. A analogia realizada, a partir da imagem do *Campo Minado*, associa os conceitos gênero e sexualidade as 'bombas'; educação e saúde as 'bandeiras'. Os discursos destes dois campos de saberes, criam as condições de possibilidade para o controle, mapeamento e produção de um território seguro. Considerando estes aspectos, sinaliza-se como a sexualidade aparece atrelada a duas concepções centrais: Risco e Prevenção, relacionando-se a necessidade de uma gestão dos riscos, materializando a tentativa de previsibilidade dos acontecimentos, legitimando o aprimoramento dos cálculos estatísticos com relação ao risco. (SPINK, 2001). A partir destes, pauta as ações e estratégias de modo a evitar que temas como sexualidade e gênero saiam dos contornos tidos como esperados, e controláveis. Deste modo, evidencia-se que as discussões realizadas no mesmo ainda se restringem a concepções calcadas em discursos da saúde, por aspectos fortemente biologicistas. Com isso, reforça-se a necessidade de espaços políticos e acadêmicos que permitam a produção de visibilidades para as temáticas concernentes ao espaço da diferença nos campos de gênero e sexualidade, possibilitando outros modos de inserção nos currículos escolares, para além de condutas normalizantes.

Palavras-chave: Políticas públicas de educação. Gênero. Sexualidade. Saúde.

O logos médico é desses, ditando a cada instante, o bom regime da vida.
(FOUCAULT, 2014)

Escrever sobre temáticas que se encontram e se afastam é um desafio. Mas paradoxos, por vezes, nos ajudam a pensar. É considerando então, esta perspectiva, de não encontrar respostas e nem caminhos únicos, mas de provocar novas perguntas, que se

propõe esta escrita a partir de um jogo de *palavras-conceitos* e sua relação com uma *imagem-movimento*.

Iniciemos pelas palavras-conceitos, como quem prepara um caminho para as discussões, sendo estas: sexualidade, gênero, saúde e educação. Para tanto, a proposta não se restringe há uma explicação etimológica, mas pensar estes conceitos como “sons, cores ou imagens, [como] intensidades que lhes convêm ou não, que passam ou não passam. Não há nada [em relação aos conceitos] a compreender, nada a interpretar” (DELEUZE, PARNET 1998, p. 12). Nesse sentido, é um exercício de pensar que os “conceitos devem intervir, com uma zona de presença, para resolver uma situação local” (DELEUZE, 1988, p. 09), que estarão sempre se reinventando, considerando os problemas que lhe são apresentados.

A partir destes apontamentos iniciais, apresentaremos nossas palavras-conceitos delimitando seus contornos teóricos e epistemológicos. Para esta apresentação, organizamos as conversas em pares: a) sexualidade e gênero; b) educação e saúde. Cabe ressaltar que esta organização pauta-se por uma tentativa didática de apresentação e não enquanto oposições.

Compreendemos a sexualidade a partir de uma perspectiva foucaultiana, ou seja, enquanto um dispositivo que estabelece uma relação intrínseca com o poder. Por dispositivo, entende-se um conjunto de discursos, estratégias, instituições, sempre inscritos em jogos de forças. (FOUCAULT, 2009). Nesse sentido, esse poder se exerce, “ele não se aplica [...] como uma obrigação ou uma proibição aos que “não tem”; ele os investe; passa por eles e por meio deles; apoia-se neles, do mesmo modo que eles, em sua luta contra esse poder, apoiam-se por sua vez nos pontos em que ele os alcança” (FOUCAULT, 2014a, p. 30).

Ao mencionarmos estes jogos de poder partimos do pressuposto de relações de força, onde a vida, o corpo, o biológico são objetos políticos, nos quais claramente a sexualidade assume um lugar de centralidade, tornando-se, em alguma medida, a direção das disputas políticas. Nessa perspectiva, Foucault (1985) ressalta o quanto a sexualidade se

encontra na articulação entre os dois eixos ao longo dos quais se desenvolveu toda a tecnologia política da vida. De um lado, faz parte das disciplinas do corpo: adestramento, intensificação e distribuição das forças, ajustamento e economia das energias. Do outro, o sexo pertence à regulação das populações, por todos os efeitos globais que induz. [...] O sexo é acesso, ao mesmo tempo, à vida do corpo e à vida da espécie. (FOUCAULT, 1985 p.136-137).

Portanto, por um lado, a sexualidade se aproxima do poder disciplinar, que esquadrinha o corpo, que investe em políticas de coerção, “um trabalho sobre o corpo, uma

manipulação calculada de seus elementos, de seus gestos, de seus comportamentos. [...] A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos “dóceis” (FOUCAULT, 2014a, p.135). Ainda, nessa perspectiva, a mesma se constitui como “uma anatomia política do detalhe” (p. 137). Além disso a sexualidade se relaciona também com um poder que se exerce sobre a população, uma biopolítica. Uma política que faz viver, centrada no corpo-espécie, nos processos biológicos. Uma política preocupada com a “proliferação, os nascimentos e a mortalidade, o nível de saúde, a duração da vida” (FOUCAULT, 1985, p. 131) e a produção de estratégias pautadas em dados estatísticos que focam em todo o corpo social.

Com isso, pensar num dispositivo da sexualidade é considerar que

estamos numa sociedade [...] da sexualidade: os mecanismos de poder se dirigem ao corpo, à vida, ao que a faz proliferar, ao que reforça a espécie, seu vigor, sua capacidade de dominar, ou sua aptidão para ser dominada. Saúde, progeneritura, raça, futuro da espécie, vitalidade do corpo social, o poder fala da sexualidade e para a sexualidade; quanto esta, não é marca ou símbolo, é objeto e alvo. (FOUCAULT, 1985, p. 138).

Considerando estas definições, partimos de um campo de relações, uma tríade corpo-sexualidade-gênero, na qual o corpo ocupa um lugar privilegiado, na medida em que é tomado como objeto das ações. Um corpo que é definido por discursos biológicos, psicológicos, religiosos, entre outros, que marcam o lugar do mesmo como biologicamente definido pela natureza como sendo masculino e feminino, naturalmente sexuado e legitimado pela diferença nas genitálias. (MÉLLO, 2012).

Tendo em vista esta tríade, entendemos que

a distinção entre sexo e gênero atende a tese de que, por mais que o sexo pareça intratável em termos biológicos, o gênero é culturalmente construído: conseqüentemente não é nem o resultado causal do sexo, nem tampouco tão aparentemente fixo quanto o sexo. (BUTLER, 2003, p.24).

Nesse aspecto, consideramos o gênero como uma categoria sempre aberta, onde este é compreendido para além da mera representação de papéis que devem ser desempenhados por corpos de homens e mulheres (SILVA, 2008). Ou seja, o gênero se constitui enquanto uma representação, “vivenciada pelas performances dos sujeitos sociais que a experienciam através da vivência espacial cotidiana e concreta. (SILVA, 2008, p. 4).

A partir das marcações realizadas, até este momento, em relação ao par sexualidade e gênero, seguimos a discussão a partir da aproximação com o par educação e saúde. As questões apresentadas até este momento não estão à parte, uma vez que compreendemos que a educação e a saúde se articulam fortemente a partir das questões da sexualidade.

Nesse sentido, iniciamos esta etapa sinalizando a entrada do campo da saúde no espaço escolar mediante duas frentes: 1) a medicina higienista; 2) as políticas de prevenção as Doenças Sexualmente Transmissíveis, HIV/AIDS e gravidez na adolescência.

No primeiro aspecto, é interessante pontuarmos o lugar ocupado, ainda hoje, pela medicina que, “sob a forma de um *corpus* de saber e de regras, define uma maneira de viver [...]. A medicina teria a propor, sob a forma de um regime, uma estrutura voluntária e racional de conduta”. (FOUCAULT, 2014b, p. 128).

Considerando esta ressalva, a medicina higienista se constitui como importante no processo civilizatório do Brasil, onde ela se engendra nos diferentes momentos da vida, da concepção até a morte. (SANTOS, 2004). Nesse sentido, a medicina cumpre um papel de defensora do Estado, voltando-se para dois principais objetivos: “a higiene pública e a normalização da Medicina que, a partir desse momento, se constituem como instituição. A Medicina Social preocupa-se com o saneamento das cidades e das instituições, entre elas, por exemplo, o hospital, a escola” (SANTOS, 2004, p. 52).

Conforme Stephanou (2000)

o ensino de Higiene almejou mais que a exclusão e a interdição compulsória dos hábitos dos alunos, mas a produção de dispositivos que possibilitassem um novo modo de cada um prestar atenção a si mesmo, cultivar em si um asseio, um modo de viver, produzindo-se e conhecendo-se como sujeito saudável. Por isso, a extensão de uma higiene, física sim, mas também sexual, dietética, mental e sobretudo moral, e a insistência dos médicos em incorporá-las ao currículo escolar e ao cotidiano da escola. (STEPHANOU, 2000, p.6).

A partir disso, há um processo importante, dentro da educação sanitária, que toma o espaço da escola como potente para as suas ações, estabelecendo, deste modo, também uma divisão segundo o gênero, onde, para as mulheres ficam atreladas “lições de sexualidade feminina, puericultura, função educativa e profissional da mulher. Nesses programas, o eixo moral está claramente explicitado no tocante à sexualidade e à função materna” (STEPHANOU, 2000, p. 5), enquanto que, para os homens, o acento fica na “abordagem da educação sexual ou o combate aos vícios” (STEPHANOU, 2000, p. 5).

Evidencia-se, assim, o quanto o espaço escolar aparece como um campo profícuo das ações de saber-poder da área da saúde, sendo que o enlace entre estes ocorre gradativamente a partir do movimento higienista do século XX, visto que a pedagogia mostrou-se uma forte aliada nas estratégias de prevenção da saúde pública. (KIRST, 2015).

No que se refere à segunda frente do enlace entre educação e saúde, sustentado pela sexualidade, percebemos que a justificativa dos programas voltados para a saúde no âmbito escolar, tais como o Saúde na Escola instituído em 2007 e seu projeto Saúde e Prevenção nas Escolas, são justamente a prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e as orientações quanto à gravidez na adolescência. No site oficial do Ministério da Educação, ao tratar destes programas, se estabelece que o objetivo do projeto é realizar ações de promoção da saúde sexual e da saúde reprodutiva de adolescentes e

jovens com enfoque na redução da infecção pelo HIV/DST e dos índices de evasão escolar causada pela gravidez na adolescência¹.

Portanto, mediante estes apontamentos iniciais, buscamos, a seguir, trazer para a conversa nossa *imagem-movimento*: o jogo *Campo Minado*. Cabe destacar que a mesma se construiu a partir dos dados produzidos na pesquisa *Gênero, Sexualidade e Diversidade sexual: desafios e possibilidades para as políticas públicas de educação*, pautada na análise do Caderno de Orientação Sexual dos Parâmetros Curriculares Nacionais (1997) e do Caderno 04 da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), intitulado *Gênero e Diversidade Sexual: Reconhecer diferenças e superar preconceitos* (2007).

Sendo assim, este trabalho terá como principal objetivo, a partir das palavras-conceitos já apresentados, operar com os dados produzidos na referida pesquisa, especialmente junto ao Caderno de Orientação Sexual (1997), mediante a *imagem-movimento* proposta. Para esta análise foram utilizados conceitos disparadores e norteadores das discussões, sendo eles: gênero, sexualidade e heteronormatividade.

Imagem-movimento: estabelecendo lugares seguros diante das bombas

Conforme anunciado acima, a *imagem-movimento* que gostaríamos de invocar é de um *Campo Minado*, mais especificamente do jogo tradicionalmente instalado em computadores *Windows*, que consiste, basicamente, em revelar um campo de minas sem que as mesmas sejam detonadas. O jogo apresenta como possibilidade a marcação, mediante o uso de pequenas bandeiras, de um terreno seguro. Nessa analogia, compreendemos que gênero e sexualidade são as ‘bombas’, enquanto que educação e saúde são as ‘bandeiras’ que tentam, nem sempre com sucesso, definir lugares seguros.

Considerando esta imagem, apontaremos como gênero e sexualidade se desenham enquanto ‘bombas’ e os discursos do campo da saúde atrelado à educação servem como a possibilidade de controle, mapeamento e produção de um território seguro. Para tanto, é interessante observar o quanto o caderno de Orientação Sexual, se justifica em função de um controle epidêmico e a necessidade de uma educação sexual, apontando que

[...] a demanda por trabalhos na área da sexualidade nas escolas aumentou em virtude da preocupação dos educadores com o grande crescimento da incidência de gravidez indesejada entre as adolescentes e com o risco da infecção pelo HIV (vírus da Aids) entre os jovens. (BRASIL, 1997, p. 291)².

¹ Informações disponíveis em: <http://portal.mec.gov.br/projeto-saude-e-prevencao-nas-escolas-spe>
Acesso em: 03 agosto 2017.

² Nos momento em que realizamos referência direta ao documento analisado, utilizaremos as frase em itálico.

A imagem de 'bombas' remete, rapidamente à noção de um risco iminente. E não por acaso esta associação ocorre, levando em consideração que no documento analisado a palavra risco aparece diversas vezes atrelada às ideias de epidemia, contágio e à necessidade de prevenção de agravos. Ou seja, sempre relacionado a algo que se alastra, sendo suscetível ao descontrole, sendo que o que faz parte do jogo é a necessidade de controle e previsão das 'bombas'.

Risco carrega dois sentidos: a) ideia de um perigo próximo; b) a perspectiva da previsibilidade. Segundo Spink (2001) a palavra risco surge por volta do século XIV no catalão, XVI nas línguas latinas e XVII nas anglo-saxônicas, estando sempre relacionada à "possibilidade de ocorrência de eventos vindouros, em um momento histórico onde o futuro passava a ser pensado como passível de controle" (SPINK, 2001, p. 1279).

Deste modo, risco está intrinsecamente relacionado a uma entidade probabilística, o que nos conduz para a estatística como ferramenta de controle do Estado. Com isso, o documento analisado aponta para a necessidade de uma gestão dos riscos, na qual seria possível materializar a tentativa de previsibilidade dos acontecimentos, legitimando o aprimoramento dos cálculos estatísticos com relação ao risco. (SPINK, 2001).

Ainda, de acordo com os sentidos que acompanham a palavra risco, encontramos no documento a centralidade na palavra prevenção e seus derivados (prevenir, preventiva, prevenindo), sendo que as sentenças que acompanham a mesma no decorrer do texto são: doenças sexualmente transmissíveis, gravidez na adolescência, Aids, problemas graves, tratamento, as condutas necessárias [para a prevenção], parte da rotina, ações e práticas, mentalidade [preventiva].

A partir destas sentenças, inferimos na produção de uma necessidade, posta como inquestionável, da prevenção, onde qualquer possibilidade de interferência deve ser prevista e evitada. Ainda, o documento sinaliza para a concepção de uma sexualidade possível, somente como uma prática segura, apontando além dos aspectos já apresentados, para um mapeamento dos desvios da norma estabelecida. Nesse sentido, "as novas estratégias médico-psicológicas e sociais se pretendem sobretudo preventivas, e a prevenção moderna se quer, antes de tudo, rastreadora dos riscos" (HILLESHEIM, CRUZ, 2009, p.77).

Além disso, a própria adolescência é apontada como mais suscetível aos riscos, na medida em que "*suas mudanças físicas ocasionam alterações hormonais que, muitas vezes, provocam estados de excitação difíceis de controlar*" (BRASIL, 1997, p. 296). Tendo em vista tais aspectos, a sexualidade é apresentada como tão incontrolável que esta "*invade o espaço escolar, por meio das atitudes dos alunos em sala de aula e da convivência social entre eles*" (BRASIL, 1997, p. 292).

Nesse sentido, há uma tentativa de mapear comportamentos e ações que possam interpelar a prevenção enquanto uma prática diária, como percebemos na sentença abaixo:

Se estados eufóricos como os produzidos pelo apaixonar-se já colocam em risco seriamente a prevenção, alterações no sistema nervoso central, estimulando, deprimindo ou mudando qualitativamente seu funcionamento serão novos dificultadores. Poucos se lembrarão de usar camisinha estando bêbados ou, por exemplo, sob o efeito de um alucinógeno. (BRASIL, 1997, p. 329).

Deste modo, a sexualidade se apresenta como uma ‘bomba’ prestes a explodir, dificultando as estratégias de prevenção adotadas pelas áreas da saúde e da educação, onde as ‘bandeirinhas’ são cada vez mais numerosas, tendo em vista que esta se entrelaça, sutilmente, a noção de potencial ameaça à população. Portanto, as consequências de um exercício da *sexualidade irresponsável* estará sempre no campo da virtualidade, exigindo contornos regulados.

Sendo assim,

os alunos precisam desenvolver e exercer sua sexualidade com prazer e responsabilidade [...], precisam conhecer e adotar práticas de sexo protegido, desde o início do relacionamento sexual, evitando contrair ou transmitir doenças sexualmente transmissíveis, inclusive o vírus da Aids; evitar uma gravidez indesejada, procurando orientação e fazendo uso de métodos contraceptivos. (BRASIL, 1997, p. 311-312).

Podemos apontar para uma produção de discursos de verdade, pautados na cientificidade da área da saúde, que se materializa a partir da necessidade, posta no documento, de trabalhar as questões que circundam a sexualidade tendo como base referenciais que fomentem o cuidado com o corpo individual e seus efeitos coletivos, pois reforçam que é preciso, no que tange as orientações aos adolescentes, *“cuidar da própria saúde e a dos outros, de forma geral e, especificamente, da saúde sexual. [...] Além do autocuidado, doenças sexualmente transmissíveis/Aids implicam responsabilidade coletiva diante de epidemia”* (BRASIL, 1997, p.327).

Nesse reforço em torno da prevenção, marca-se este lugar do corpo a partir do dispositivo da sexualidade, na medida em que ela é entrada para ações individuais e coletivas. Pois é no corpo que se evidenciam os perigos, é na sua carne que se instalam as ameaças para a população. (SOARES, 2009). Dessa maneira, o documento, constantemente, convoca à necessidade de *educar* para

a importância da saúde sexual e reprodutiva e os cuidados necessários para promovê-la em cada indivíduo. O conhecimento do corpo e de seu funcionamento propicia maior conscientização da importância da saúde e da necessidade de ações não só curativas, mas também preventivas. [...] Consultas regulares ao clínico geral ou ao ginecologista, para o acompanhamento da condição da saúde e do desenvolvimento, são atitudes de autocuidado que a escola precisa fomentar. (BRASIL, 1997, p. 320).

No que concerne às demarcações das 'bandeirinhas' (os lugares das 'bombas'), o documento incita que os territórios mais seguros de serem transitados estão respaldados nas ciências biológicas e da saúde. Assim, considerando as diferentes faixas etárias, é necessário o professor se preparar, mediante informações científicas sobre cada tema, evitando encontrar as aqui denominadas 'bombas'. Para tanto, o mesmo necessita *“problematizar e explicitar os valores plurais existentes em cada tema, além de oferecer informação correta do ponto de vista científico, mostrando o caráter dinâmica da evolução da ciência”* (BRASIL, 1997, p. 334).

Assinalamos que as 'bandeirinhas' intensificam-se a partir dos discursos biológicos, possibilitando previsões e conseqüentemente tentativas de normalização dos comportamentos sobressalentes. Nesse aspecto, nas indicações aos professores, as orientações do documento sinalizam que, embora se *“acolha o que eles [alunos] trazem, em termos de linguagem, para designar partes do corpo, o indicado é utilizar denominações correspondentes adotadas pela ciência”* (BRASIL, 1997, p. 321), abordando os aspectos de modo a facilitar a assimilação das *“noções corretas do ponto de vista científico”* (p.321).

A partir disso, evidenciamos que, no documento analisado, as 'bombas' estão cercadas de inúmeras 'bandeirinhas', que permitem pouca ou nenhuma aproximação frente aos temas aos quais se propõe abordar, mesmo reforçando de que *“não se trata de uma abordagem predominantemente biológica da sexualidade”* (BRASIL, 1997, 332). Assim, apesar de um discurso que acene para uma pretensa naturalidade na abordagem desses temas, os mesmos são vistos como delicados e difíceis de tratar, especialmente no espaço escolar.

Das bandeirinhas: educação e saúde

Para finalizar, destacamos a estreita relação entre saúde e educação presente no Caderno de Orientação Sexual, dos Parâmetros Curriculares Nacionais (1997), fomentada pela potência presente na instituição escolar enquanto espaço de disciplinarização e regulação das condutas, que incide, através de diferentes estratégias, dentre elas as da saúde, sobre os corpos.

A emergência da temática de gênero e sexualidade nos campos da educação e saúde aparece fortemente associadas às ações dos movimentos sociais em defesa dos direitos sexuais no Brasil do final da década de 1980, numa relação estreita com a epidemia da Aids e os movimentos de redemocratização do País (NARDI, 2010), havendo a necessidade de criação de políticas públicas atentas para tais demandas. Porém, percebemos que, embora as questões que circundam a complexidade da temática da sexualidade e gênero tenham recebido visibilidade especialmente mediante os movimentos

sociais organizados em torno da garantia de direitos, poucos movimentos legitimam e fomentam outras formas de abordagem destas multiplicidades.

A partir destes apontamentos, reforçamos que este trabalho não possui como objetivo definir os caminhos e nem dar 'receitas' de como abordar o tema em sala de aula, mas compreender que efeitos são possíveis de serem produzidos quando um documento tido como orientador de práticas e base para projetos políticos pedagógicos restringe a sexualidade e o gênero a marcadores biológicos. Além disso, reiteramos a necessidade de se criar espaços políticos e acadêmicos que permitam a produção de visibilidades para as temáticas concernentes ao espaço da diferença nos campos de gênero e sexualidade, possibilitando outros modos de inserção nos currículos escolares, para além de condutas normalizantes.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Caderno de Orientação Sexual. *Parâmetros Curriculares Nacionais*. Brasília: MEC, 1997. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro102.pdf>>. Acesso em: 07 nov 2015.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

DELEUZE, G. *Diferença e repetição*. Trad. Luiz Orlandi e Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

DELEUZE, G.; PARNET, C. *Diálogos*. Trad. de Eloisa Araújo Ribeiro. São Paulo: Escuta, 1998.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. 8 ed. São Paulo: Graal, 1985.

_____. *Ditos e escritos III*. Estética: literatura e pintura, música e cinema. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

_____. *Vigiar e Punir: Nascimento da prisão*. Trad. Raquel Ramallete. 42. ed. Petrópolis: Vozes, 2014a.

_____. *História da sexualidade III: o cuidado de si*. São Paulo: Paz e Terra, 2014b.

HILLESHEIM, Betina; CRUZ, Lilian Rodrigues. Risco, Vulnerabilidade e Infância: algumas aproximações. In: CRUZ, Lilian Rodrigues; GUARESCHI, Neuza (org.). Políticas Públicas e assistência social: diálogo com as práticas psicológicas. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

KIRST, Fernanda Schwinden Dallamico. *Os Programas 'Saúde na Escola' e 'Saúde e Prevenção nas Escolas': dos riscos biopolíticos à estratégia de governo dos sujeitos escolares*. Dissertação de mestrado. Programa de pós graduação em Educação. UNISC: Santa Cruz do Sul, 2015. Disponível em: <<http://repositorio.unisc.br/jspui/handle/11624/542>>. Acesso em: 15 abr 2016.

MÉLLO, Ricardo Pimentel. Corpos, heteronormatividade e performances híbridadas. In: *Psicologia & Sociedade*; 24 (1), p. 197-207, 2012. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822012000100022>. Acesso em: 30 maio 2016.

NARDI, Henrique Caetano. Políticas públicas, governamentalidade e diversidade sexual: as tecnologias da educação como campo de investimento e inflexão do dispositivo da sexualidade. In: JOBIM, Solange; SOUZA, Marcia Moraes (org.). *Tecnologias e modo de ser no contemporâneo*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio e 7 Letras, 2010. p. 75-98.

SANTOS, Iolanda U. Montano. *Cuidar e curar para governar: as campanhas de saúde na escola*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação em Educação. UFRGS: Porto Alegre, 2004. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/5562>>. Acesso em: 22 abr 2016.

SILVA, Joseli Maria. A cidade dos corpos transgressores da heteronormatividade. In: *Anais do X Colóquio Internacional de Geocrítica. Universidade de Barcelona*. Barcelona, 2008. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/xcol/438.htm>>. Acesso em: 30 maio 2016.

SOARES, Carmen Lúcia. Escultura da carne: o bem-estar e as pedagogias totalitárias do corpo. In: RAGO, M.; VEIGA-NETO, A. (orgs.). *Para uma vida não-facista*. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2009.

SPINK, Mary Jane P. Trópicos do discurso sobre risco: risco-aventura como metáfora na modernidade tardia. In: *Cad. Saúde Pública*, vol.17 no.6 Rio de Janeiro Nov./Dec. 2001 disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2001000600002>. Acesso em: 15 maio 2016.

STEPHANOU, Maria. Saúde pela educação. Escolarização e didatização de saberes médicos na primeira metade do século XX. In: *Anais I Congresso Brasileiro da História da Educação*. Nov/ 2000. Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe1/anais/114_maria_ste.pdf>. Acesso em: 22 abr 2016.